

ATA DE REUNIÃO - II RAE 2021

1. Informações Gerais

Data: 19/08/2021

Horário: 09h


Local: Auditório do Centro Administrativo do TJMA

2. Participantes

PARTICIPANTE	UNIDADE
ANGELO ANTONIO ALENCAR DOS SANTOS	COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO
DENYSE REIS BATISTA	DIRETORA JUDICIÁRIA
HAYLA CASTELO BRANCO	SUPERVISORA DE PLANEJAMENTO
MARIA DO SOCORRO PATRICE CARVALHO MOREIRA DE SOUSA	DIRETORA ADMINISTRATIVA
DANIELLE MESQUITA DE FRANÇA SOUSA	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
PAULO ROCHA NETO	DIRETOR DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO
RAFAEL CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
CLÁUDIA COARACY	COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVA
JOELMA REGINA	COMITÊ DA DIVERSIDADE
ALBERTO BRUNO	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL
ARISTEU DS SANTOS	COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO



DANIELA VIEIRA	DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA
FERNANDA LINDOSO	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL
LUANA COSTA	ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA
KÁTIA GONÇALVES	COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
LETÍCIA LOBATO	CENTRO DE CONCILIAÇÃO
CLARIDELMA MESQUITA	DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
EDUARDO PINHEIRO	DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
HANDER SANTOS	DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
CARLOS RODRIGUES	DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA
AUGUSTO ARAÚJO	DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA
LUCIANDO CARVALHO	DIVISÃO DE TRANSPORTES
CARLENE AZEVEDO	DIVISÃO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO
MÁRCIO SANTOS	DIVISÃO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO
ALÚZIO SOARES	ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA
JUREMA PAIVA	DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA
JANAÍNA AMORIM	DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA
ANNA GRACE CARDOSO	DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA



PATRÍCIA FONSECA	DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA
JOSÉ NILO RIBEIRO FILHO	JUIZ COORDENADOR DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CORREGEDORIA
ALEXANDRE LOPES DE ABREU	COORDENADOR DE MÉTODOS CONSENSUAIS E SOLUÇÃO DE CONFLITOS
ALEXANDRE MAGNO DE SOUZA NUNES	DIRETOR DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
LEONARDO RODRIGUES	REPRESENTANTE DA DIRETORIA GERAL
TYARA OLIVEIRA DOS SANTOS	DIRETORA DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS
AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFACIO	DIRETORIA FINANCEIRA
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA	ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA
BIANCA BAPTISTA RAMOS	NUGEP
DANIELLE ROCHA LIMEIRA	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

3. Objetivo da Reunião

- Apresentação do Plano Estratégico (2021-2026) o status das metas e objetivos do planejamento estratégico do ciclo 2016-2021 do TJ MA.

4. Pauta

- Apresentação detalhada do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão para o período 2021-2026.
 1. Identidade Organizacional;
 2. Plano Estratégico
 - 2.1 Mapa Estratégico;
 - 2.2 Objetivos Estratégicos
 - 2.3 Indicadores e Metas Estratégicas
 - 2.4 Projetos / Opções Estratégicas

5. Deliberações

1. Apresentação da Identidade Organizacional.

Missão:

Promover a efetividade da justiça servindo à sociedade na solução de conflitos, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Visão:

Ser reconhecido nacionalmente pela prestação jurisdicional de qualidade decorrente de práticas modernas e inovadoras de gestão.

Valores:

- Justiça: manter a ordem social através da preservação dos direitos em sua forma legal (constitucionalidade da lei).
- Comprometimento: atuar com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.
- Valorização das pessoas: dar autonomia para atingir metas, criar oportunidades de aprendizado, de desenvolvimento das potencialidades e de reconhecimento pelo bom desempenho.
- Excelência dos serviços: materialização de todo o esforço da organização para o atendimento das necessidades de todos os interessados.
- Ética: Agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações.
- Transparência: praticar atos com visibilidade plena no desempenho de suas atribuições.
- Coerência / coesão: agir de acordo com os direcionamentos pregados.
- Inovação: buscar inovações tecnológicas que permitam maior acessibilidade ao tribunal e celeridade processual.
- Respeito à Diversidade: reduzir as desigualdades e atingir a equidade, promovendo maior diversidade no tribunal.

2. Plano Estratégico.

2.1 Mapa Estratégico.

2.2 Objetivos Estratégicos.

- Aperfeiçoar políticas e práticas de Diversidade e Inclusão
- Ampliar o acesso da sociedade à justiça estadual
- Fortalecer a política de sustentabilidade do Poder Judiciário do Maranhão
- Definir e desenhar/redesenhar os processos críticos, adequando a estrutura e tecnologia necessárias
- Estruturar e implantar política de distribuição da força de trabalho envolvendo cargos efetivos, comissionados, estagiários e residentes jurídicos no Poder Judiciário do Maranhão
- Garantir estrutura e segurança prediais adequadas
- Estruturar e implementar a Política de Gestão Documental e da Informação
- Estruturar e implementar a Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance

- Promover a eficiência na gestão
- Promover Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
- Aprimorar a comunicação institucional
- Fomentar a virtualização dos processos judiciais
- Fortalecer iniciativas de Inteligência Artificial e Automação
- Fomentar inovação e agilidade no Poder Judiciário do Maranhão
- Garantir adequação à Lei Geral de Proteção de Dados
- Reestruturar a Tecnologia da Informação (Governança, Serviços e Infraestrutura)
- Aprimorar o planejamento e a execução orçamentária e financeira
- Aperfeiçoar políticas e práticas de Gestão de Pessoas no Poder Judiciário do Maranhão
- Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho

2.3. Indicadores e Metas Estratégicas

2.3.1 Indicadores e Metas Audaciosas

- Tornar-se o tribunal de médio porte mais produtivo até o término de 2026, considerando o resultado do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).

Indicador	IPC-Jus					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria-Geral / Corregedoria Geral de Justiça					
Fórmula de Cálculo	Conforme Resolução CNJ nº 184/2013					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para verificar a produtividade e a eficiência relativas dos tribunais, que é verificado em um escore único ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária					
Situação Atual	67,0%					
Metas						
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	72,5%	78,0%	83,5%	89,0%	94,5%	100,0%

- Atingir o selo “Diamante” no Prêmio CNJ de Qualidade até o término de 2026.

Indicador	Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade).
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça
Responsável pelo controle e resultado	Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização
Fórmula de Cálculo	$(\sum \text{da pontuação alcançada nos eixos "Governança", "Produtividade", "Transparência", e "Dados e Tecnologia"} \div \sum \text{da pontuação máxima em todos os eixos}) \times 100$
Periodicidade	Anual
Unidade	Percentual

Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para indicar o Selo do CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança”, “Produtividade”, Transparência, e “Dados e Tecnologia				
Situação Atual	59,1% - Selo Prata				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
62% - Selo Ouro ¹	64% - Selo Ouro ¹	66% - Selo Ouro ¹	68% - Selo Ouro ¹	77% - Selo Diamante ¹	85% - Selo Diamante ¹

3.2 Indicadores e Metas dos macrodesafios

I. Garantia dos Direitos Fundamentais

Indicador	Índice de Acesso à Justiça – IAJ				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria – Geral / Corregedoria Geral da Justiça				
Fórmula de Cálculo	(Escore do Tribunal - Valor mínimo dos escores de cada Capital) ÷ (Valor máximo - Valor mínimo dos escores de cada capital) <i>*Para verificar todas as componentes do cálculo é necessário consultar o Glossário dos Indicadores de Desempenho do CNJ</i>				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para auxiliar no cumprimento do desafio de garantir acessibilidade à justiça de forma célere e com resolutividade				
Situação Atual	0,332				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
0,403	0,473	0,544	0,614	0,685	0,756

II. Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

Indicador	Índice de Transparência				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência				
Fórmula de Cálculo	\sum dos pontos obtidos nas temáticas de transparência ativa e transparência passiva ÷ \sum dos pontos máximos nas temáticas de transparência ativa e transparência passiva				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				

¹ A obtenção do selo está atrelada a comparação dos resultados do Tribunal de Justiça do Maranhão com os outros Tribunais Estaduais.

Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para informar o nível de transparência ativa e passiva do Poder Judiciário Estadual do Maranhão				
Situação Atual	82,6%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
85,1%	87,7%	90,2%	92,7%	95,2%	97,8%

III. Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Indicador	Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Corregedoria Geral da Justiça				
Fórmula de Cálculo	$\frac{\sum \text{de casos pendentes de Execução Fiscal no 1º grau}}{\sum \text{de casos pendentes de Execução Fiscal no 1º grau} - \sum \text{de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau}}$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Baixo				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar o percentual de casos de execução fiscal que permaneceram pendentes de solução ao final do período-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados) durante o período-base				
Situação Atual	91,0%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
86,2%	81,5%	76,7%	71,9%	67,2%	62,4%

Indicador	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Corregedoria Geral da Justiça				
Fórmula de Cálculo	$\frac{(\sum \text{de casos pendentes} - \sum \text{casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau} - \sum \text{de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de Execução Fiscal})}{(\sum \text{de processos baixados} - \sum \text{de processos baixados de Execução Fiscal no 1º Grau} + (\sum \text{de casos pendentes} - \sum \text{casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau} - \sum \text{de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de Execução Fiscal}))}$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Baixo				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar o percentual de processos, que no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais.				
Situação Atual	68,0%				

Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
64,8%	61,6%	58,4%	55,2%	52,0%	48,8%

Indicador	Índice de Atendimento à Demanda				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Corregedoria Geral da Justiça				
Fórmula de Cálculo	\sum de Baixados \div \sum de Casos Novos				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados				
Situação Atual	125,0%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
129,9%	134,9%	139,8%	144,7%	149,7%	154,6%

IV. Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativas e aos Ilícitos Eleitorais

Indicador	Índice de Prescrição				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria Judiciária – 2º grau / Corregedoria Geral da Justiça – 1º grau				
Fórmula de Cálculo	\sum de Julgamentos com Prescrição \div \sum de Sentenças de Conhecimento				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Baixo				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar a razão entre o total de julgamentos por prescrição em relação ao total de julgamentos de processos relativos à Improbidade Administrativa, à Corrupção e aos Ilícitos Eleitorais				
Situação Atual	0,65%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
0,65%	0,63%	0,61%	0,59%	0,57%	0,55%

V. Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções de Consensuais para os Conflitos

Indicador	Índice de Conciliação					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos e Soluções de Conflitos					
Fórmula de Cálculo	\sum de sentenças homologatórias de acordo \div \sum de sentenças					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para identificar o percentual entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças					
Situação Atual	11,6%					
Metas						
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	13,0%	15,0%	17,0%	19,0%	21,0%	23,0%

Indicador	Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos e Soluções de Conflitos					
Fórmula de Cálculo	\sum de audiências de conciliação e mediação realizadas nos CEJUSCs \div (\sum de processos de conhecimento não criminais remetidos para os CEJUSCs + \sum de procedimentos pré-processuais de resolução de conflitos novos ingressados nos CEJUSCs)					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para identificar o total de audiências realizadas nos CEJUSCs, em relação ao total de processos e de procedimentos pré-processuais recebidos no CEJUSC					
Situação Atual	12,98%					
Metas						
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	22,0%	32,0%	42,0%	52,0%	62,0%	72,0%

VI. Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios

Indicador	Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça
Responsável pelo controle e resultado	NUGEPNAC – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas / Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Maranhão - CIJEMA
Fórmula de Cálculo	(Data de publicação do acórdão no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Data da afetação/admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) \div \sum de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas com acórdãos publicados no ano <i>*Para verificar todas as componentes do cálculo é necessário consultar o Glossário dos</i>

	<i>Indicadores de Desempenho do CNJ</i>					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Dias					
Polaridade	Melhor para Baixo					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para identificar o tempo decorrido entre a afetação/admissão e publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs), em relação ao total de IRDRs com acórdãos publicados no ano					
Situação Atual	272 dias					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
272	262	252	242	232	222	

Indicador	Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	NUGEPNAC – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas / Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Maranhão – CIJEMA					
Fórmula de Cálculo	(Data de publicação do acórdão no Incidente de Assunção de Competência - Data da afetação/admissão do Incidente de Assunção de Competência) ÷ \sum de Incidentes de Assunção de Competência com acórdãos publicados no ano <i>*Para verificar todas as componentes do cálculo é necessário consultar o Glossário dos Indicadores de Desempenho do CNJ</i>					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Dias					
Polaridade	Melhor para Baixo					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para identificar o tempo decorrido entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência, em relação ao total de IACs com acórdãos publicados no ano					
Situação Atual	184 dias					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
184	174	164	154	144	134	

VII. Promoção da Sustentabilidade

Indicador	Índice de Sustentabilidade
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça
Responsável pelo controle e resultado	Núcleo Socioambiental
Fórmula de Cálculo	Conforme descrita no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário <i>*A Resolução CNJ n° 201/2015 traz no rol de indicadores a serem monitorados nos Planos de Logística Sustentável informações que são mensuradas em 15 categorias diferentes</i>
Periodicidade	Anual
Unidade	Percentual
Polaridade	Melhor para Cima

Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para avaliar, em uma única Quem mede / Responsável pelo controle e Resultado, o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo assim, comparação objetiva entre os tribunais				
Situação Atual	30,5%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
55,0%	59,1%	63,3%	67,4%	71,6%	75,7%

VIII. Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

Indicador	Taxa de Encarceramento				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	UMF – Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão				
Fórmula de Cálculo	$[(\sum \text{ de Presos provisórios} + \sum \text{ de Presos condenados}) \div \sum \text{ de habitantes}] \times 100.000$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Número				
Polaridade	Melhor para Baixo				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para indicar o total de presos provisórios e presos condenados por 100 mil habitantes.				
Situação Atual	171,2				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
169,7	168,2	166,7	165,2	163,7	162,2

IX. Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Indicador	Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização				
Fórmula de Cálculo	$(\sum \text{ da pontuação alcançada nos eixos “Governança”, e “Dados e Tecnologia”} \div \sum \text{ da pontuação máxima nos eixos “Governança”, e “Dados e Tecnologia”}) \times 100$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para indicar o Selo do CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia.				
Situação Atual	67,45%				
Metas					

2021	2022	2023	2024	2025	2026
70,0%	72,0%	74,0%	76,0%	80,0%	85,0%

X. Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Indicador	Índice de Absenteísmo-doença				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Recursos Humanos				
Fórmula de Cálculo	Σ de dias de ausência por motivo de saúde (própria ou familiar) de magistrados e servidores \div (Σ de quantidade de dias no ano \times Σ da quantidade de magistrados e servidores no final do período)				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Baixo				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para mensurar o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria				
Situação Atual	2,8%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%

Indicador	Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Recursos Humanos				
Fórmula de Cálculo	Σ das participações do corpo funcional em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho \div (Σ da Força de trabalho de magistrados, servidores e auxiliares \times Σ da Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias)				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para mensurar o percentual da força de trabalho do tribunal envolvidos em ações de qualidade de vida no trabalho				
Situação Atual	8,00%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
10,0%	20,0%	30,0%	40,0%	50,0%	60,0%

Indicador	Índice de Capacitação de Magistrados
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça
Responsável pelo	Diretoria de Recursos Humanos / ESMAM – Escola da Magistratura do

controle e resultado	Maranhão				
Fórmula de Cálculo	$(\sum \text{ de magistrados capacitados } \div \sum \text{ de magistrados}) \times 100$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para garantir capacitação, reciclagem e novos conhecimentos para os magistrados				
Situação Atual	218,4%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
218,4%	218,4%	218,4%	218,4%	218,4%	218,4%

Indicador	Índice de Capacitação de Servidores				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Recursos Humanos / ESMAM – Escola da Magistratura do Maranhão				
Fórmula de Cálculo	$(\sum \text{ de servidores capacitados } \div \sum \text{ de servidores}) \times 100$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para garantir capacitação, reciclagem e novos conhecimentos para os servidores				
Situação Atual	42,4%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
46,6%	51,3%	56,4%	62,0%	68,2%	75,0%

Indicador	Índice de Favorabilidade da satisfação dos servidores e magistrados (Pesquisa de Clima)				
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos do TJMA				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Recursos Humanos				
Fórmula de Cálculo	$(\text{Pontuação Obtida } \div \text{ Pontuação Máxima}) \times 100$				
Periodicidade	A cada Biênio				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação dos servidores e magistrados e identificação do potencial de melhoria do Clima Organizacional no Tribunal				
Situação Atual	73,9%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026

-	77,6%	-	81,3%	-	85,0%
---	-------	---	-------	---	-------

XI. Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Indicador	Índice de Dotações para Despesas Obrigatória				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria Financeira				
Fórmula de Cálculo	$(\text{Dotação inicial na Lei Orçamentária Anual para despesas obrigatórias} \div \text{Dotação inicial aprovada na Lei Orçamentária Anual}) \times 100$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para mensurar o percentual de comprometimento dos recursos aprovados na lei orçamentária com as despesas obrigatórias, revelando, por consequência, as restantes disponibilidades para as despesas sobre as quais a administração tem discricionariedade na utilização				
Situação Atual	76,9%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
76,9%	76,9%	76,9%	76,9%	76,9%	76,9%

Indicador	Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria Financeira				
Fórmula de Cálculo	$(\text{Montante empenhado de dotações para despesas discricionárias} \div \text{Dotação atualizada para despesas discricionárias}) \times 100$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para indicar o grau de aproveitamento das dotações aprovadas no orçamento e em créditos adicionais e destinadas às despesas discricionárias. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com o grau de acerto da administração nas priorizações feitas pela administração por ocasião da elaboração da proposta orçamentária				
Situação Atual	70,6%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
70,6%	70,6%	70,6%	70,6%	70,6%	70,6%

Indicador	Índice de Execução das Dotações para Projetos				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e	Diretoria Financeira				

Situação Atual	71,3%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
80,9%	90,4%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

3.3 Indicadores e Metas de Avanço Físico.

Além dos indicadores e metas audaciosas e dos macrodesafios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presente Planejamento Estratégico de 2021-2026, também prevê o controle de indicadores e metas de avanço físico dos projetos estratégicos vinculados aos objetivos estratégicos, a saber:

Indicador	Avanço Físico do Projeto Estratégico				
Quem mede / Responsável pelo controle e Resultado	Líder do Projeto				
Fórmula de Cálculo	% do Avanço Físico Real da Iniciativa ÷ % do Avanço Planejado da Iniciativa				
Periodicidade	Trimestral				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para mensurar o avanço físico do projeto				
Situação Atual	A Iniciar				
Metas Acumuladas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
-	-	-	-	-	-

6. Anexos




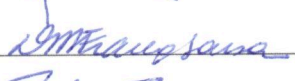

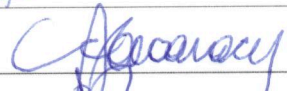


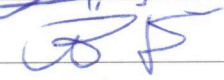
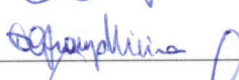
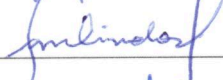







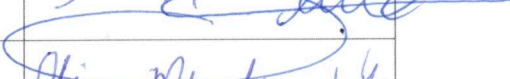
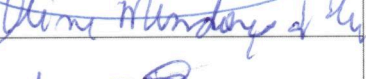




- Apresentação da II RAE 2021
- Lista de Presença

São Luís, 19/08/2021

ANGELO ANTONIO ALENCAR DOS SANTOS
 Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador de Gestão Estratégica e Modernização

II RAE/2021 - 19 de agosto de 2021

Local: Auditório do Centro Administrativo do TJMA

	PARTICIPANTE	UNIDADE	ASSINATURA
1	Mariana Clementino	Dir. Geral	
2	Paulo Rocha	Div. Informática	
3	Yvesse Reis	Div. Fidejussória	
4	Danielle Mesquita de F. Sousa	Dir. Recursos Humanos	
5	Rafael Corralho	DRH	
6	CLAUDIA COARACY	COORD. Apoio Adm	
7	Joelma Regina	Com. Diversidade	
8	ALBERTO BUENO CUNHA DUARTE	DAM	
9	Antônio R. dos Santos Jr	CNP	
10	Daniela Oliveira de A. Vilina	Secretaria de Auditoria Interna	
11	Fernanda Melo Leiros	Divisão Patrimonial	
12	Luana Flávia Costa	Arqs. Jur. Proad	
13	Kátia Araujo Gonçalves	Leilões	
14	Letícia R. Bobato da Silva	Reconciliação	
15	Davidelma B. Brasil Marques	DSJGM	
16	EDUARDO FELDER P. PIMENTA	DSJGM	
17	ALEXANDRE MAGNO	DSJGM	
18	Stander Robson J. dos Santos	DSJGM	
19	Helton Costa de Lencina	DSJGM	
20	Alim Mendonça do Silva	CGJ-MA	
21	Carlos Rodrigues Santos	DAI	
22	AUGUSTO CESAR MATA ALBUQUERQUE	DAI	
23	Queizadora Pauleto dos Santos	Div. Transportes	
24	Carlene Pereira Aguiar	Div. Protocolo Adminis.	

II RAE/2021 - 19 de agosto de 2021

Local: Auditório do Centro Administrativo do TJMA

	PARTICIPANTE	UNIDADE	ASSINATURA
25	Marcio Rodolfo Santos	Protocolo Adm	M Santos
26	Aluizio LOPEZ JR	ASSESSORIA JURÍDICA PRESID.	Aluizio
27	Janaína P. Azevêdo	Diretoria de Controle	Janaína
28	Jurema Mamede de Paula S	Faleiros DAI	Jurema
29	Jana Graça Cardoso	DAI - COAUD	Jana Cardoso
30	PATRICIA FONSECA P. DOS SANTOS	DAI - COACIM	Patricia Fonseca
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			